

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL

Capítulo 1 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	3
1.1. Estrutura do Decreto-Lei n. 4.657/42.....	3
1.2. Conceito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB).....	3
1.3. Direito objetivo e direito subjetivo.....	3
1.4. Fontes do Direito.....	4
1.4.1. Existência ou inexistência de lacuna na lei	5
1.5. Vigência da lei	7
1.6. Eficácia das leis	9
1.7. Revogação e derrogação da lei.....	10
1.8. Repristinação	11
1.9. Integração ou colmatação da lei	13
1.10. Aplicação e interpretação das normas jurídicas	17
1.11. Conflito das Leis no Tempo	21
1.12. Direito internacional privado.....	24
1.13. Fluxograma 1 e fluxograma de súmulas	28
1.14. Questões comentadas	30
Capítulo 2 – Das Pessoas	35
2.1. Das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade	35
2.1.1. Personalidade	35
2.1.1.1. Momento de aquisição da personalidade jurídica.....	36
2.1.1.2. Registro civil das pessoas naturais	44
2.1.2. Capacidade.....	44
2.1.2.1. Capacidade de direito, de gozo ou jurídica.....	44
2.1.2.2. Capacidade de fato, de exercício ou de ação.....	44
2.1.2.3. Capacidade plena	45
2.1.3. Da incapacidade.....	45

2.1.3.1.	Os absolutamente incapazes.....	47
2.1.3.2.	Os relativamente incapazes.....	51
2.1.3.3.	Questões processuais.....	54
2.1.4.	Emancipação.....	54
2.1.5.	Extinção da pessoa física.....	57
2.1.6.	Comoriência.....	59
2.2.	Direitos da personalidade.....	60
2.2.1.	Teoria do direito da personalidade.....	60
2.2.2.	A tutela dos direitos da personalidade.....	65
2.2.3.	O direito fundamental da identidade.....	71
2.2.3.1.	Nome civil.....	71
2.2.4.	A proteção do nome.....	75
2.2.5.	Da proteção da imagem.....	79
2.2.6.	Proteção da privacidade da pessoa natural.....	82
2.3.	Da ausência.....	82
2.3.1.	A morte presumida com a declaração de ausência (diferente da regra do art. 7º do Código Civil de 2002).....	82
2.4.	Fluxograma 2.....	86
2.5.	Questões comentadas.....	87
Capítulo 3 – Pessoas Jurídicas.....		93
3.1.	Personalidade.....	105
3.2.	Espécies.....	112
3.2.1.	Associações.....	116
3.2.2.	Sociedades.....	119
3.2.3.	Fundações.....	119
3.2.4.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	122
3.2.5.	Sociedades de economia mista.....	123
3.2.6.	Empresas públicas.....	123
3.2.7.	Serviços sociais autônomos.....	123
3.3.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica.....	123
3.3.1.	A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno.....	124
3.3.2.	Representação.....	124
3.4.	Extinção da pessoa jurídica.....	125
3.5.	Entes ou grupos despersonalizados.....	125
3.6.	Fluxograma 3.....	126
3.7.	Questões comentadas.....	127

Capítulo 4 – Domicílio	133
4.1. Fluxograma 4.....	137
4.2. Questões comentadas.....	138
 Capítulo 5 – Bens	143
5.1. Classificação dos bens.....	144
5.1.1. Bens considerados em si mesmos.....	144
5.1.1.1. Dos bens imóveis.....	144
5.1.1.1.1. Bem de família.....	145
5.1.1.1.1.1. O bem de família de acordo com a jurisprudência.....	147
5.1.1.2. Dos bens móveis.....	154
5.1.1.3. Dos bens fungíveis e consumíveis.....	155
5.1.1.4. Dos bens divisíveis.....	155
5.1.1.5. Dos bens singulares e coletivos.....	156
5.1.2. Dos bens reciprocamente considerados.....	157
5.2. Dos bens públicos.....	161
5.3. Fluxograma 5.....	164
5.4. Questões comentadas.....	165
 Capítulo 6 – Fatos Jurídicos, Ato Jurídico, Negócio Jurídico	169
6.1. Explicação sobre a classificação dos fatos jurídicos.....	170
6.1.1. Validade do negócio jurídico.....	172
6.1.2. Elementos essenciais do negócio jurídico.....	173
6.2. Da representação.....	177
6.3. Elementos accidentais: condição, termo e encargo.....	178
6.3.1. Condição.....	178
6.3.2. Termo.....	179
6.3.3. Encargo ou modo.....	181
6.4. Vícios do negócio jurídico.....	181
6.4.1. Dos vícios de consentimento.....	182
6.4.1.1. Erro.....	182
6.4.1.2. Dolo.....	184
6.4.1.3. Coação.....	186
6.4.1.4. Estado de perigo.....	188
6.4.1.5. Da lesão.....	191
6.4.2. Dos vícios sociais.....	192
6.4.2.1. Fraude contra credores.....	192
6.4.2.2. Simulação.....	196

6.5. Invalidez do negócio jurídico	199
6.6. Fluxograma 6	202
6.7. Questões comentadas	203
Capítulo 7 – Da Prescrição e da Decadência.....	207
7.1. Prescrição.....	207
7.2. Direito intertemporal. Prescrição e decadência.. Aplicação às hipóteses de redução e aumento de prazos.....	222
7.3. Decadência	224
7.4. Fluxograma 7	227
7.5. Questões comentadas	228

CÓDIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL

Capítulo 8 – Direito das Obrigações	233
8.1. Conceito.....	233
8.2. Elementos da relação obrigacional.....	233
8.3. Obrigação de pagamento de dívida prescrita.....	234
8.4. Obrigação de pagamento de dívida de jogo.....	234
8.5. Fontes das obrigações.....	235
8.6. Características das obrigações.....	235
8.7. Classificação das obrigações	236
8.7.1. Obrigação civil e natural	236
8.7.2. Obrigação (por causa do bem).....	236
8.7.3. Obrigação de meio	240
8.7.4. Obrigação de resultado.....	240
8.7.5. Obrigações de garantia	241
8.7.6. Obrigações puras, condicionais, a termo e modais	242
8.7.7. Obrigação de dar.....	242
8.7.7.1. Coisa certa.....	242
8.7.7.2. Coisa incerta.....	246
8.7.8. Obrigação de fazer.....	247
8.7.8.1. Diferenças entre obrigações de fazer fungíveis e infungíveis.....	248
8.7.9. Obrigações de não fazer	248
8.7.10. Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	249
8.7.11. Obrigações alternativa e facultativa	249
8.7.11.1. Inadimplemento da obrigação alternativa	251
8.7.12. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	252

8.7.12.1. A regra do <i>cuncursu partes fiunt</i> na obrigação divisível	252
8.7.12.1.1. Espécies de divisibilidade.....	252
8.7.12.1.2. Espécies de indivisibilidade	253
8.7.13. Obrigação solidária	254
8.7.13.1. Da solidariedade ativa	255
8.7.13.2. Da solidariedade passiva.....	257
8.7.13.3. Da obrigação solidária mista.....	260
8.8. Da transmissão das obrigações.....	260
8.8.1. Da cessão de crédito.....	260
8.8.2. Da assunção de dívida (cessão de débito)	263
8.8.3. Da cessão de contrato	265
8.9. Do adimplemento das obrigações.....	266
8.9.1. Efeito principal do pagamento ou adimplemento.....	267
8.9.2. Modalidades.....	268
8.9.3. Natureza jurídica do pagamento	268
8.9.4. Requisitos de validade do pagamento	268
8.9.5. Daqueles a quem se deve pagar	269
8.9.6. O objeto e a prova do pagamento.....	270
8.9.7. Elementos para a quitação.....	272
8.9.8. Lugar do pagamento.....	273
8.9.9. Tempo do pagamento.....	274
8.10. Formas especiais/indireto de pagamento.....	276
8.10.1. Pagamento em consignação	276
8.10.2. Pagamento com sub-rogação	279
8.10.3. Imputação do pagamento.....	281
8.10.4. Dação em pagamento.....	283
8.10.4.1. Requisitos para a dação.....	283
8.11. Da extinção das obrigações sem a ocorrência do pagamento	285
8.11.1. Novação	285
8.11.1.1. Requisitos	285
8.11.1.2. Espécies	286
8.11.2. Compensação.....	287
8.11.2.1. Pressupostos da compensação.....	287
8.11.2.2. Espécies	288
8.11.3. Confusão.....	288
8.11.4. Remissão das dívidas	289
8.12. Outros casos da extinção da obrigação sem o pagamento	290

8.13. Contratos típicos que geram a extinção das obrigações	290
8.13.1. Transação	290
8.13.2. Compromisso.....	291
8.14. Do inadimplemento das obrigações.....	291
8.14.1. Da mora	293
8.14.2. Dos juros legais	297
8.14.3. Da cláusula penal	300
8.14.3.1. Cláusula penal compensatória.....	301
8.14.3.2. Cláusula penal moratória	301
8.14.3.3. Limitação da cláusula penal.....	302
8.15. Das arras ou sinal.....	305
8.15.1. Espécies.....	305
8.15.1.1. Arras confirmatórias	305
8.15.1.2. Arras penitenciais	306
8.15.1.3. Arras assecuratórias.....	309
8.16. Fluxograma 8.....	310
8.17. Questões comentadas.....	312
Capítulo 9 – Teoria Geral dos Contratos	317
9.1. Conceito.....	317
9.2. Elementos do contrato	317
9.3. Requisitos de validade.....	317
9.4. Classificação	318
9.5. Princípios contratuais.....	320
9.5.1. Princípio da autonomia privada.....	320
9.5.2. Princípio da obrigatoriedade da convenção (pacta sunt servanda).....	322
9.5.3. Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos	322
9.5.4. Princípio da função social	324
9.5.4.1. Eficácias interna e externa.....	327
9.5.5. Princípio da boa-fé	328
9.5.5.1. Funções tríplice da boa-fé.....	334
9.5.5.2. Figuras parcelares.....	334
9.5.5.2.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	334
9.5.5.2.2. <i>Supressio</i>	338
9.5.5.2.3. <i>Surrectio</i>	340
9.5.5.2.4. <i>Tu quoque</i>	341
9.5.5.2.5. <i>Duty to mitigate the loss</i>	343
9.5.5.2.6. Adimplemento substancial.....	346
9.5.6. Princípio da interpretação mais favorável ao aderente	347

9.5.7.	Tópicos relevantes	349
9.5.7.1.	A nulidade de cláusula que renuncie antecipadamente ao direito da parte	349
9.5.7.2.	A licitude de realizações de contratos atípicos.....	349
9.5.7.3.	A proibição da <i>pacta corvina</i>	351
9.5.7.4.	Diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público.....	352
9.6.	Formação dos contratos no Código Civil	352
9.6.1.	Negociações preliminares ou fase de pontuação ou tratativas.....	352
9.6.2.	Fase de proposta	353
9.6.3.	Contrato preliminar.....	354
9.6.4.	Contrato definitivo	356
9.7.	Formação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor.....	356
9.8.	A via eletrônica. Um contrato entre presentes ou ausentes?	362
9.9.	Da estipulação em favor de terceiro.....	364
9.10.	Da promessa de fato de terceiro	365
9.11.	Do contrato com pessoa a declarar	366
9.12.	Vícios redibitórios	367
9.13.	Evicção	372
9.13.1.	Partes na evicção.....	374
9.13.2.	Evicção de coisa adquirida em hasta pública	374
9.14.	Contratos aleatórios	378
9.15.	Extinção do contrato	380
9.15.1.	Distrato.....	380
9.15.2.	Cláusula resolutiva.....	382
9.15.3.	Exceção de contrato não cumprido.....	383
9.15.4.	Onerosidade excessiva	384
9.16.	Fluxograma 9	389
9.16.1.	Fluxograma 9-A	390
9.17.	Questões comentadas	392
Capítulo 10 – Contratos em Espécie	397	
10.1.	Compra e Venda.....	397
10.1.1.	Conceito	397
10.1.2.	Natureza jurídica	398
10.1.3.	Elementos constitutivos	399
10.1.4.	As despesas e riscos do contrato.....	401
10.1.5.	Restrições à compra e venda	402
10.1.6.	Regras especiais da compra e venda.....	404
10.1.7.	Cláusulas especiais ou pactos adjetos	408
10.1.8.	Fluxograma 10.....	413

10.2. Troca ou Permuta	414
10.2.1. Conceito	414
10.2.2. Natureza jurídica	414
10.2.3. Fluxograma 10-A	416
10.3. Contrato Estimatório	417
10.3.1. Conceito	417
10.3.2. Natureza jurídica	417
10.3.3. Efeitos e regras.....	417
10.3.4. Fluxograma 10-B	419
10.4. Doação	420
10.4.1. Conceito	420
10.4.2. Natureza jurídica	420
10.4.3. Espécies de doação	421
10.4.4. Revogação da doação.....	426
10.4.5. Hipóteses de irrevogabilidade por ingratidão	427
10.4.6. Fluxograma 10-C.....	428
10.5. Locação de Coisas.....	429
10.5.1. Conceito	429
10.5.2. Natureza jurídica	429
10.5.3. Pressupostos	429
10.5.4. Dos deveres do locador	430
10.5.5. O direito potestativo da redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato.....	430
10.5.6. Dos deveres do locatário	431
10.5.7. Locação por prazo determinado	432
10.5.8. Aluguel pena.....	433
10.5.9. A aquisição do bem por terceiro e a cláusula de vigência.....	433
10.5.10. A sucessão na locação	434
10.5.11. Indenização pelas benfeitorias.....	434
10.5.12. A locação na Lei n. 8.245/91	434
10.5.12.1. Ações inquilinárias ou locatícias.....	441
10.5.12.1.1. Conceito.....	441
10.5.12.1.2. Lei do Inquilinato: aspectos gerais.....	442
10.5.12.1.3. Espécies	442
10.5.12.1.3.1. Ação de despejo	442
10.5.12.1.3.2. Ação consignatória de aluguéis e acessórios na locação	449
10.5.12.1.3.3. Ação revisional de aluguel.....	453
10.5.12.1.3.4. Ação renovatória de contrato.....	457

10.5.13. Fluxograma 10-D	462
10.5.13.1. Fluxograma 10-E.....	463
10.6. Empréstimo.....	464
10.6.1. Aspectos gerais.....	464
10.6.2. Do comodato (empréstimo de uso)	464
10.6.2.1. Conceito	464
10.6.2.2. Natureza jurídica	464
10.6.2.3. Legitimação para celebrar o contrato.....	465
10.6.2.4. Prazo determinado e indeterminado	465
10.6.2.5. Obrigações do comodatário e o chamado aluguel pena.....	465
10.6.2.6. Responsabilidade do comodatário	466
10.6.2.7. Despesas do contrato	466
10.6.2.8. A solidariedade no contrato	467
10.6.3. Do mútuo (empréstimo de consumo).....	467
10.6.3.1. Conceito	467
10.6.3.2. Natureza jurídica.....	467
10.6.3.3. A transferência da coisa.....	468
10.6.3.4. Mútuo feito a pessoa menor.....	468
10.6.3.5. A garantia no mútuo e a <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>	468
10.6.3.6. O mútuo feneratício ou mercantil e a limitação de juros.....	468
10.6.3.7. Prazo para a realização do pagamento do mútuo.....	469
10.6.4. Fluxograma 10-F	470
10.7. Da Prestação de Serviço.....	471
10.7.1. Conceito	471
10.7.2. Natureza jurídica	471
10.7.3. Objeto do contrato.....	472
10.7.4. A remuneração (a não presunção de gratuidade).....	472
10.7.5. Prazo máximo de duração do contrato	472
10.7.6. Resilição do contrato.....	473
10.7.7. Inexecução do contrato.....	473
10.7.8. Amplitude do contrato.....	473
10.7.9. Responsabilidade pela ruptura culposa do contrato.....	474
10.7.10. Perdas e danos	474
10.7.11. A declaração formal da dissolução do contrato.....	474
10.7.12. Exigência de capacitação.....	474
10.7.13. Formas de extinção do contrato.....	475
10.7.14. Aliciamento do prestador de serviço	475
10.7.15. Alienação do prédio agrícola e suas consequências	476
10.7.16. Fluxograma 10-G.....	477

10.8. Empreitada.....	478
10.8.1. Conceito	478
10.8.2. Natureza jurídica	478
10.8.3. Espécies.....	478
10.8.4. Deveres e direitos do dono da obra.....	480
10.8.5. Responsabilidade do empreiteiro	481
10.8.6. Subempreitada. O que é?	482
10.8.7. Fluxograma 10-H	484
10.9. Depósito.....	485
10.9.1. Conceito	485
10.9.2. Natureza jurídica	485
10.9.3. Modalidades.....	486
10.9.4. Direitos e deveres do depositário	487
10.9.5. Direitos e deveres do depositante.....	487
10.9.6. Da prisão do depositário infiel.....	487
10.9.7. Extinção do depósito.....	487
10.9.8. Fluxograma 10-I	488
10.10. Do Mandato	489
10.10.1. Conceito	489
10.10.2. Natureza jurídica	489
10.10.3. Espécies.....	490
10.10.4. Submandato	492
10.10.5. Obrigações do mandatário.....	492
10.10.6. Obrigações do mandante.....	493
10.10.7. Extinção do contrato	494
10.10.8. Fluxograma 10-J	495
10.11. Contrato de Comissão	496
10.11.1. Conceito	496
10.11.2. Natureza jurídica	496
10.11.3. Espécies.....	496
10.11.4. Obrigações do comissário	496
10.11.5. Remuneração.....	497
10.11.6. Fluxograma 10-K.....	499
10.12. Contrato de Agência e Distribuição	500
10.12.1. Conceito	500
10.12.2. Natureza jurídica	500
10.12.3. Obrigação e Remuneração do agente ou distribuidor.....	500
10.12.4. Extinção do contrato	501

10.12.5. Fluxograma 10-L	502
10.13. Contrato de Corretagem.....	503
10.13.1. Conceito	503
10.13.2. Natureza Jurídica	503
10.13.3. Espécies.....	504
10.13.4. Obrigações e remuneração do corretor.....	504
10.13.5. Fluxograma 10-M.....	508
10.14. Contrato de Transporte.....	508
10.14.1. Conceito	508
10.14.2. Natureza jurídica	509
10.14.3. Regras do contrato de transporte.....	509
10.14.4. O transporte de pessoas.....	511
10.14.5. Do transporte de coisas.....	514
10.14.6. Fluxogramas 10-N e 10-O	517
10.15. Contrato de Seguro.....	519
10.15.1. Conceito e a sua função de socializar riscos	519
10.15.2. Natureza jurídica	519
10.15.3. Regras do contrato.....	520
10.15.4. Do seguro de dano.....	527
10.15.5. Do seguro de pessoa.....	531
10.15.6. Fluxograma 10-P	536
10.16. Contrato De Fiança	537
10.16.1. Conceito	537
10.16.2. Natureza jurídica	537
10.16.3. Seus efeitos e regras.....	539
10.16.4. Extinção da fiança	543
10.16.5. Fluxograma 10-Q	544
10.17. Contrato de Transação	545
10.17.1. Conceito	545
10.17.2. Natureza Jurídica	545
10.17.3. Espécies.....	545
10.17.4. Efeitos	545
10.17.5. Fluxograma 10-R.....	547
10.18. Contrato de Compromisso	548
10.18.1. Conceito	548
10.18.2. Natureza Jurídica e Espécies.....	548
10.18.3. Fluxograma 10-S.....	549
10.19 Questões comentadas	554

Capítulo 11 – Da Responsabilidade Civil	559
11.1. Conceito.....	559
11.2. Pressupostos.....	559
11.2.1. Ato ilícito.....	559
11.2.1.1. Espécies	560
11.2.2. Culpa	561
11.2.2.1. Espécies de culpa <i>stricto sensu</i>	561
11.2.3. Dano.....	565
11.2.3.1. Espécies	565
11.2.3.1.1. Dano material.....	565
11.2.3.1.1.1. Dano emergente e lucro cessante.....	565
11.2.3.1.2. Perda de uma chance	566
11.2.3.1.3. Dano incerto	568
11.2.3.1.4. Dano material futuro	568
11.2.3.1.5. Dano moral.....	569
11.2.3.1.5.1. Formas de fixação	573
11.2.3.1.5.1.1. Compensatória.....	573
11.2.3.1.5.1.2. Punitiva.....	573
11.2.3.1.5.1.2.1. <i>Punitive damages</i>	574
11.2.3.1.5.2. Dano moral direto e o indireto ou ri- cochete	578
11.2.3.1.5.3. Dano moral à pessoa jurídica	579
11.2.3.1.5.4. Dano moral e a Súmula n. 385 do STJ.....	581
11.2.3.1.5.5. A não possibilidade de incidência de Imposto de Renda.....	583
11.2.3.1.5.6. Dano moral coletivo e social. Diferen- ças. Posicionamento da jurisprudência do STJ.....	584
11.2.3.1.5.7. Prova do dano moral	588
11.2.3.1.5.8. A quantificação dos danos morais	592
11.2.3.1.6. Dano estético e sua natureza extrapatrimonial.....	594
11.2.4. Nexo causal.....	594
11.2.4.1. Concorrências de causas	598
11.3. O risco.....	599
11.4. Responsabilidade por ato próprio.....	602
11.5. Responsabilidade por ato de outrem ou responsabilidade indireta	604
11.5.1. Independência das responsabilidades civil e criminal.....	615
11.6. Responsabilidade por fato da coisa ou do animal.....	617
11.7. Responsabilidade nas relações de família.....	620

11.8. Responsabilidade do transportador.....	622
11.8.1. Responsabilidade pelas pessoas e bagagens.....	623
11.8.2. Excludentes de responsabilidade.....	625
11.9. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	626
11.9.1. Elementos.....	626
11.9.1.1. Elementos subjetivos.....	626
11.9.1.1.1. Consumidor.....	626
11.9.1.1.2. Consumidor equiparado.....	631
11.9.1.1.3. Fornecedor.....	631
11.9.1.2. Elementos objetivos da relação de consumo.....	632
11.9.2. Modalidades de responsabilidade civil.....	632
11.9.2.1. A ocorrência do vício do produto e do serviço.....	632
11.9.2.2. A ocorrência de fato do produto e do serviço.....	636
11.9.3. Inversão do ônus da prova.....	643
11.9.4. Juízo competente para a propositura da ação indenizatória por fato e por vício.....	646
11.10. Responsabilidade civil do Estado.....	646
11.10.1. Denúnciação da lide. Possibilidade ou não?.....	649
11.11. Responsabilidade civil por danos ambientais.....	662
11.12. Excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade.....	666
11.12.1. Estado de necessidade.....	666
11.12.2. Legítima defesa.....	667
11.12.3. Exercício regular do direito.....	668
11.12.4. Caso fortuito e força maior.....	669
11.12.5. Culpa exclusiva da vítima.....	671
11.12.6. Fato de terceiro.....	671
11.12.7. Cláusula de não indenizar.....	672
11.13. Fluxograma 11.....	674
11.14. Questões comentadas.....	675
Capítulo 12 – Direito das Coisas.....	685
12.1. Direitos reais.....	685
12.1.1. Teorias.....	685
12.1.2. Princípios que regem os direitos reais.....	686
12.2. Posse.....	686
12.2.1. Teorias.....	687
12.2.2. Detenção.....	690
12.2.3. Diferença da transmutação para a intervenção da posse.....	692
12.2.4. Composse ou compossessão.....	694

12.2.5.	Espécies de posse	694
12.2.6.	Aquisição e perda da posse.....	699
12.2.6.1.	Modos de aquisição.....	699
12.2.6.2.	Quem pode adquirir a posse.....	701
12.2.6.3.	Sucessão hereditária	701
12.2.6.4.	Perda da posse.....	702
12.2.7.	Efeitos da posse	704
12.2.7.1.	A proteção possessória.....	704
12.2.7.1.1.	Legítima defesa ou desforço imediato.....	704
12.2.7.1.2.	Ações possessórias: manutenção de posse; reintegração de posse; interdito proibitório.....	706
12.2.7.1.2.1.	Da manutenção e da reintegração de posse.....	707
12.2.7.1.2.1.1.	Requisitos	707
12.2.7.1.2.2.	O interdito proibitório.....	709
12.2.7.1.2.2.1.	Requisitos	709
12.2.7.1.2.3.	A possibilidade de outros interditos possessórios.....	709
12.2.7.1.3.	Aspectos relevantes das ações possessórias.....	711
12.2.7.2.	A percepção dos frutos.....	715
12.2.7.3.	A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	716
12.2.7.4.	A indenização pelas benfeitorias e o direito de retenção.....	716
12.3.	Da propriedade	718
12.3.1.	Características do direito de propriedade	721
12.3.2.	Função social do direito de propriedade.....	721
12.3.3.	Fundamento jurídico do direito de propriedade.....	725
12.3.4.	Extensão da propriedade.....	725
12.3.5.	Limitações da propriedade.....	726
12.3.6.	Da descoberta	726
12.3.7.	Aquisição da propriedade imóvel.....	726
12.3.7.1.	A Usucapião	727
12.3.7.2.	Aquisição pelo registro imobiliário.....	738
12.3.7.3.	Acessão	740
12.3.7.4.	Direito hereditário.....	742
12.3.8.	Aquisição da propriedade móvel.....	742
12.3.8.1.	Usucapião	742
12.3.8.2.	Ocupação.....	743
12.3.8.3.	Achado de tesouro.....	743
12.3.8.4.	Tradição.....	743
12.3.8.4.1.	Espécies.....	743

12.3.8.5. A venda a <i>non domino</i>	743
12.3.8.6. Direito hereditário.....	744
12.3.8.7. Especificação.....	744
12.3.8.8. Confusão, comistão e adjunção	744
12.3.9. Perda da propriedade.....	744
12.4. Direitos de vizinhança	747
12.4.1. Natureza jurídica do direito	748
12.4.2. Os direitos em si	748
12.4.2.1. Do uso anormal da propriedade.....	748
12.4.2.2. Das árvores limítrofes.....	750
12.4.2.3. Da passagem forçada.....	751
12.4.2.4. Da passagem de cabos e tubulações.....	752
12.4.2.5. Das águas	752
12.4.2.6. Dos limites entre os prédios e do direito de tapagem.....	754
12.4.2.7. Do direito de construir	755
12.5. Do condomínio geral.....	758
12.5.1. Espécies disciplinadas no Código Civil.....	759
12.5.2. Quanto à origem	759
12.5.3. Quanto à forma.....	759
12.5.4. Quanto ao objeto	759
12.5.5. Direitos e deveres dos condôminos	759
12.5.6. Extinção do condomínio	760
12.5.7. Administração do condomínio	761
12.5.8. Do condomínio necessário	761
12.6. Do condomínio edilício.....	761
12.6.1. Natureza jurídica	761
12.6.2. Característica.....	762
12.6.3. Instituição do condomínio	762
12.6.4. Constituição do condomínio.....	763
12.6.5. Condômino nocivo e a disposição legal.....	766
12.6.6. Estrutura interna do condomínio.....	766
12.6.7. Administração do condomínio	767
12.7. Da propriedade resolúvel (análise da propriedade <i>ad tempus</i>).....	768
12.8. Da propriedade fiduciária	769
12.8.1. Direitos e obrigações do fiduciante	770
12.8.2. Obrigações do credor fiduciário	772
12.8.3. Procedimento	772
12.8.4. Aplicação do art. 53 do Código de Defesa do Consumidor. Cláusula de decaimento.....	773

12.8.5. Vedação do pacto comissório	774
12.9. Da propriedade aparente.....	776
12.10. Direitos reais limitados	777
12.10.1. Da superfície.....	777
12.10.1.1. Extinção do direito de superfície	779
12.10.2. Da servidão.....	779
12.10.2.1. Características	781
12.10.2.2. Espécies	781
12.10.2.3. Do exercício das servidões.....	783
12.10.2.4. Extinção das servidões.....	784
12.10.3. Do usufruto.....	785
12.10.3.1. Diferenças para outros institutos.....	786
12.10.3.2. Espécies	787
12.10.3.3. Dos direitos do usufrutuário.....	788
12.10.3.4. Dos deveres do usufrutuário	789
12.10.3.5. Extinção do usufruto.....	790
12.10.4. Do uso.....	792
12.10.5. Da habitação.....	795
12.10.5.1. Espécies de direito real de habitação	796
12.10.6. Direito do promitente comprador.....	797
12.10.6.1. Extinção do compromisso	799
12.10.7. Da enfiteuse.....	799
12.10.7.1. Extinção.....	800
12.11. Direitos reais de garantia sobre coisa alheia	800
12.11.1. Os direitos reais de garantia apresentados pelo Código Civil.....	802
12.11.1.1. Requisitos de validade para a constituição do direito real de garantia	802
12.11.1.2. Os bens que podem ser dados como garantia.....	803
12.11.1.3. Princípios dos direitos reais de garantia.....	803
12.11.2. O estudo do penhor.....	804
12.11.2.1. Espécies	805
12.11.2.2. Dos direitos do credor pignoratício	809
12.11.2.3. Das obrigações do credor pignoratício	810
12.11.2.4. Da extinção do penhor	810
12.11.3. Hipoteca	811
12.11.3.1. Características	811
12.11.3.2. Requisitos	812

12.11.3.4.A possibilidade da venda de um bem hipotecado	815
12.11.3.5.Pluralidade de hipotecas.....	815
12.11.3.6.A hipoteca e a necessidade de outorga conjugal.....	816
12.11.3.7.Direito de remição	816
12.11.3.8.A extinção da hipoteca.....	817
12.11.4. Anticrese	820
12.11.4.1.Modalidades de se executar a garantia anticrética	822
12.11.4.2.Extinção da anticrese.....	822
12.12. Do Direito Real de Laje.....	822
12.13. Fluxograma 12	824
12.13.1. Fluxograma 12-A	825
12.13.2. Fluxograma 12-B	826
12.13.3. Fluxograma 12-C.....	827
Breve suma	828
12.14. Questões comentadas	829
Capítulo 13 – Direito das Famílias.....	833
13.1. Sua visão constitucional.....	833
13.2. Princípios	834
13.2.1. De proteção à dignidade da pessoa humana.....	834
13.2.2. Princípio da solidariedade.....	835
13.2.3. Da igualdade entre os cônjuges e companheiros.....	835
13.2.4. Princípio da igualdade entre o homem e a mulher	835
13.2.5. Princípio da proibição de interferência	836
13.2.6. Princípio do melhor interesse da criança	836
13.2.7. Princípio da afetividade	843
13.2.8. Princípio da função social	848
13.3. O direito de família: direito público ou privado?	848
13.4. O conceito ampliado de família	849
13.5. O casamento	850
13.5.1. Natureza jurídica	851
13.5.2. Pressupostos	851
13.5.3. Da capacidade para o casamento	853
13.5.4. Causas impeditivas do matrimônio	855
13.5.5. Causas suspensivas do matrimônio.....	856
13.5.6. Esponsais.....	857
13.5.7. Habilitação para o casamento.....	857
13.5.8. Da celebração do casamento	859

13.5.9. Casamento nos casos de moléstia grave	860
13.5.10. O casamento nuncupativo (<i>in extremis vitae</i>).....	861
13.5.11. O casamento pode ocorrer por procuração?	861
13.5.12. Casamento religioso e seus efeitos civis.....	862
13.5.13. Casamento perante a autoridade consular.....	863
13.5.14. Invalidade do matrimônio	863
13.5.15. O casamento putativo	871
13.5.16. Das provas do casamento	872
13.5.17. Da eficácia do casamento	873
13.5.18. Regime de bens	876
13.5.18.1. Do pacto antenupcial.....	878
13.5.18.2. Da classificação dos regimes.....	878
13.5.18.2.1. Do regime da comunhão parcial de bens	878
13.5.18.2.2. Do regime de comunhão universal	879
13.5.18.2.3. Regime de participação final nos aquestos.....	880
13.5.18.2.4. Do regime da separação de bens.....	880
13.5.19. Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Análise da Emenda Constitucional n. 66/10	881
13.5.19.1. Modalidades de separação (antes do advento da Emenda Consti- tucional n. 66/10).....	882
13.5.19.2. O divórcio.....	885
13.6. Da proteção da pessoa dos filhos	891
13.7. Da união estável	897
13.7.1. Os efeitos da união estável.....	904
13.8. Relações de parentesco.....	907
13.8.1. O parentesco.....	907
13.8.2. Filiação.....	910
13.8.3. Do reconhecimento dos filhos.....	918
13.8.4. Da adoção.....	924
13.8.5. Poder familiar	933
13.8.5.1. Do exercício do poder familiar	933
13.8.5.2. Da suspensão do poder familiar.....	934
13.9. Dos alimentos	937
13.9.1. Alimentos gravídicos.....	939
13.9.2. Requisitos para a prestação de alimentos	940
13.10. Do bem de família	948
13.11. Do direito assistencial: Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada...	951
13.11.1. Da tutela.....	951
13.11.2. Da curatela	958

13.11.2.1. Da curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física	961
13.11.3. Da Tomada de Decisão Apoiada	962
13.12. Alterações processuais no Direito das Famílias	964
13.13. Fluxograma 13	965
13.14. Questões comentadas	968
Capítulo 14 – Do Direito das Sucessões	975
14.1. Introdução	975
14.2. Da herança e sua administração	980
14.3. Da vocação hereditária	985
14.4. Da aceitação e da renúncia da herança	987
14.5. Dos excluídos da sucessão	989
14.6. Da herança jacente	991
14.7. Da petição da herança	992
14.8. Da sucessão legítima	994
14.8.1. Da ordem da vocação hereditária	994
14.8.1.1. Dos herdeiros necessários	1004
14.8.1.2. Direito de representação	1005
14.9. Da sucessão testamentária	1006
14.9.1. Da capacidade de testar	1007
14.9.2. Do testamento	1009
14.9.2.1. Características do testamento	1009
14.9.2.2. Das formas ordinárias do testamento	1010
14.9.2.2.1. Do testamento público	1011
14.9.2.2.2. Do testamento cerrado	1012
14.9.2.2.3. Do testamento particular ou hológrafo	1012
14.9.3. Dos codicilos	1013
14.9.4. Dos testamentos especiais	1013
14.9.4.1. Do testamento marítimo e do aeronáutico	1014
14.9.4.2. Do testamento militar	1014
14.9.5. Das disposições testamentárias	1015
14.9.6. Dos legados	1018
14.9.6.1. Modalidades	1019
14.9.6.2. Da responsabilidade pelo pagamento do legado	1019
14.9.6.3. Da caducidade dos legados	1019
14.9.7. Do direito de acrescer entre os herdeiros e legatários	1020
14.9.8. Das substituições	1021
14.9.8.1. Da substituição vulgar	1021

14.9.8.2. Da substituição recíproca	1022
14.9.8.3. Da substituição fideicomissária.....	1022
14.9.8.3.1. Figurantes do fideicomisso	1022
14.9.9. Da deserdação.....	1023
14.9.10. Da redução das disposições testamentárias.....	1024
14.9.11. Da revogação do testamento	1025
14.9.12. Do rompimento do testamento.....	1026
14.9.13. Do testamenteiro	1026
14.10. Do inventário e da partilha	1027
14.10.1. Conceito de inventário	1028
14.10.1.1. O inventariante	1028
14.10.2. Dos sonogados	1029
14.10.3. Do pagamento das dívidas	1030
14.10.4. Da colação	1030
14.10.5. Da partilha	1031
14.10.5.1. Da anulação da partilha.....	1031
14.11. Alterações processuais no direito das sucessões.....	1032
14.12. Fluxograma 14	1034
Breve suma	1035
14.13. Questões comentadas	1036
Bibliografia	1023